

ordinário dirigido ao Conselho Municipal de Tributos, sob pena de inscrição do crédito tributário na Dívida Ativa do Município.

- Considera-se data de ciência da decisão a data da publicação do extrato no Diário Oficial da Cidade, nos casos de contribuintes desobrigados ao credenciamento no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC, conforme dispõe a Instrução Normativa SF/SUREM nº 14/2015, alterada pela Instrução Normativa SF/SUREM nº 2/2016.
- Considera-se data de ciência da decisão a data atribuída pelo Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano (DEC), nos casos de contribuintes e/ou representantes legais obrigados ao credenciamento previsto no art. 1º da Instrução Normativa SF/SUREM nº 14/2015, alterada pela Instrução Normativa SF/SUREM nº 2/2016.

Nos termos do disposto na Instrução Normativa SF/SUREM nº 10/2019, eventual recurso ordinário deverá obrigatoriamente ser apresentado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV, disponibilizado no endereço eletrônico <https://sav.prefeitura.sp.gov.br/>, de segunda a sexta-feira, das 06h00 às 23h59, e será acessível por meio de Senha Web ou certificado digital.

Para os casos previstos nos art. 2º e 3º da Instrução Normativa SF/SUREM nº 10/2019, que implicam a impossibilidade de protocolização de impugnações e recursos pelo SAV, eventual recurso deverá ser protocolizado no Centro de Atendimento da Fazenda Municipal (CAF), acompanhada dos documentos obrigatórios previstos em legislação própria e da cópia da decisão que concedeu a reabertura.

Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante publicação do seu extrato no Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

6017.2021/0014645-5 / GABRIEL MESQUITA AVELLAR / 116.513.0074-6

1. Em cumprimento ao disposto no Art. 39 da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005, proferimos a DECISÃO abaixo:

1.1. NÃO CONHEÇO da impugnação apresentada do SQL 116.513.0074-6 para às Notificações 01/2016, 01/2017, 01/2018, 01/2019 e 01/2020 pois trata-se de pedido intempestivo, não respeitando 90 (noventa) dias, contados da data de vencimento normal da 1ª (primeira) prestação, ou da parcela única, do art. 36 da Lei 14.107/05.

1.2. NÃO CONHEÇO da impugnação apresentada do SQL 116.513.0074-6 para à Notificação 01/2016, 01/2017, 01/2018, 01/2019, 01/2020 e 01/2021, pois trata-se de pedido sem comprovação da legitimidade. O requerente, Sr. Gabriel Mesquita Avellar, não apresentou procuração de nenhum dos proprietários ou constava na documentação apresentada pedido assinado por um dos proprietários.

1.3. Não atualizamos de ofício o número de pavimentos por constar efetivamente dois pavimentos, sendo um térreo e um subsolo. Atualizamos de ofício proprietário com base nas matrículas apresentadas, excluindo-se o compromissário. Atualizamos o endereço de entrega para o endereço solicitado, corrigindo CEP para 03081-900.

1.4. Para fins de esclarecimentos, os pagamentos do imposto realizados nos SQLs ascendentes (SQL 116.513.0034-7 e 116.513.0035-5), referidos pagamentos não acarretam a extinção do crédito tributário relativo ao lançamentos efetuados no englobamento, ainda que tais pagamentos tenham, em razão do cancelamento do SQL ascendente, se tornado indevido ou maior que o devido, sendo disponibilizados para restituição os valores correspondentes a indébitos, nos termos do §4º do Art. 2º da Lei Municipal nº 6.989/66, acrescido pela Lei Municipal nº 15.406/11.

A instância administrativa encontra-se encerrada, nos termos do art. 27 da Lei 14.107/05.

Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante publicação do seu extrato no Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

6017.2021/0014645-5 / GABRIEL MESQUITA AVELLAR / 116.513.0074-6

1. Em cumprimento ao disposto no Art. 39 da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005, proferimos a DECISÃO abaixo:

1.1. NÃO CONHEÇO da impugnação apresentada do SQL 116.513.0074-6 para às Notificações 01/2016, 01/2017, 01/2018, 01/2019 e 01/2020 pois trata-se de pedido intempestivo, não respeitando 90 (noventa) dias, contados da data de vencimento normal da 1ª (primeira) prestação, ou da parcela única, do art. 36 da Lei 14.107/05.

1.2. NÃO CONHEÇO da impugnação apresentada do SQL 116.513.0074-6 para à Notificação 01/2016, 01/2017, 01/2018, 01/2019, 01/2020 e 01/2021, pois trata-se de pedido sem comprovação da legitimidade. O requerente, Sr. Gabriel Mesquita Avellar, não apresentou procuração de nenhum dos proprietários ou constava na documentação apresentada pedido assinado por um dos proprietários.

1.3. Não atualizamos de ofício o número de pavimentos por constar efetivamente dois pavimentos, sendo um térreo e um subsolo. Atualizamos de ofício proprietário com base nas matrículas apresentadas, excluindo-se o compromissário. Atualizamos o endereço de entrega para o endereço solicitado, corrigindo CEP para 03081-900.

1.4. Para fins de esclarecimentos, os pagamentos do imposto realizados nos SQLs ascendentes (SQL 116.513.0034-7 e 116.513.0035-5), referidos pagamentos não acarretam a extinção do crédito tributário relativo ao lançamentos efetuados no englobamento, ainda que tais pagamentos tenham, em razão do cancelamento do SQL ascendente, se tornado indevido ou maior que o devido, sendo disponibilizados para restituição os valores correspondentes a indébitos, nos termos do §4º do Art. 2º da Lei Municipal nº 6.989/66, acrescido pela Lei Municipal nº 15.406/11.

A instância administrativa encontra-se encerrada, nos termos do art. 27 da Lei 14.107/05.

Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante publicação do seu extrato no Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

6017.2021/0027454-2 / DJAIR MAZZONETTO / 078.110.0259-0

1. Em cumprimento ao disposto no art. 39 da Lei Municipal 14.107/2005, e à vista do parecer consignado no Processo Eletrônico (PA) SEI 6017.2021/0027454-2, peça técnica que passa a integrar a presente decisão, CONHEÇO da defesa interposta aos Autos de Infração (AIJ) 006.781.916-8 e 006.781.917-6 e, no mérito, julgo-a IMPROCEDENTE, mantendo-se o lançamento em todos os seus termos.

1.1. Para esclarecer a questão do detentor da propriedade do imóvel, examinamos o contrato de compra e venda apresentado pelo Impugnante e as matrículas 10.285, 10.287, 62.776, 170.814, 170.815 e 170.816 do 16º Cartório de Registro de Imóveis da Capital. Em primeiro lugar, há uma inconsistência entre a argumentação do Impugnante, que afirma que o instrumento de compra e venda fora firmado em julho de 2014, e a data de assinatura deste mesmo contrato, que foi, de fato, em setembro de 2016. Em segundo lugar, todas as matrículas consultadas deixam claro que, pelo menos até agosto de 2017, a propriedade dos imóveis envolvidos na transação era de DJAIR MAZZONETTO, ora Impugnante. Por fim, há também uma inconsistência em sua argumentação acerca da locação do imóvel. Por um lado, o Impugnante afirma não ser mais o proprietário desde 2014; por outro lado, afirma que não autorizou o locatário a realizar as obras que foram concluídas em 2016 e 2017. Diante dos fatos registrados nas matrículas e das inconsistências na petição inicial, concluímos que, nas datas de incidência indicadas na autuação, o Impugnante era o proprietário do

imóvel onde ocorreram as obras; logo, é responsável solidário pelo recolhimento do ISS. Alegações não providas.

2. O sujeito passivo deverá quitar o débito fiscal ou, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação do extrato desta decisão no Diário Oficial da Cidade, interpor recurso ordinário dirigido ao Conselho Municipal de Tributos, sob pena de inscrição do crédito tributário na Dívida Ativa do Município.

2.1. Nos termos do disposto na Instrução Normativa SF nº 10, de 4 de dezembro de 2019, eventual recurso ordinário deverá ser interposto por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV, mencionando o número do processo da decisão recorrida. O aplicativo SAV será disponibilizado no endereço eletrônico <https://sav.prefeitura.sp.gov.br/>, de segunda a sexta-feira, das 06h00 às 23h59, e será acessível por meio de Senha Web ou certificado digital.

3. Intime-se o interessado da presente decisão mediante a publicação do seu extrato no Diário Oficial da Cidade, conforme dispõe o art. 28, inciso I, da Lei Municipal 14.107/2005.

6017.2021/0002896-7 / GUIOMAR PEDROSO ZENARI / 024.047.0047-2

1. Em cumprimento ao disposto no art.39 da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005, e à vista do parecer consignado nos autos do processo administrativo nº 6017.2021/0002896-7 (Doc. SEI n. 049303335), que acolho e que torno parte integrante desta decisão, não conheço da impugnação,

1.1. A impugnação foi interposta fora do prazo legal.

2. Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a sua notificação via Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

6017.2021/0026355-9 / WAGNER TADEU SANTIAGO DOS SANTOS / 090.424.0286-5

1. Em cumprimento ao disposto no art.39 da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005, e à vista do parecer consignado nos autos do processo administrativo nº 6017.2021/0026355-9 (Doc. SEI n. 049319370), que acolho e que torno parte integrante desta decisão, conheço da impugnação, e, no mérito, por julgá-la IMPROCEDENTE , mantendo-se os termos proferidos na decisão recorrida.,

1.1. O impugnante é proprietário de 25% de outro imóvel, conforme confessa.

1.2. Não trás provas que não recebeu valores da empresa DIBUTE Software LTDA.

2. Nos termos do disposto na Instrução Normativa SF/SUREM nº 10/2019, eventual recurso ordinário deverá obrigatoriamente ser apresentado por meio do aplicativo Solução de Atendimento Virtual – SAV, disponibilizado no endereço eletrônico <https://sav.prefeitura.sp.gov.br/>, de segunda a sexta-feira, das 06h00 às 23h59, e será acessível por meio de Senha Web ou certificado digital.

2.1 Para os casos previstos nos art. 2º e 3º da Instrução Normativa SF/SUREM nº 10/2019, que implicam a impossibilidade de protocolização de impugnações e recursos pelo SAV, eventual recurso deverá ser protocolizado no Centro de Atendimento da Fazenda Municipal (CAF), acompanhada dos documentos obrigatórios previstos em legislação própria e da cópia da decisão que concedeu a reabertura.

3. Intime-se o contribuinte da presente decisão mediante a sua notificação via Diário Oficial da Cidade - DOC, conforme dispõe o art.28, inciso I, da Lei Municipal nº 14.107, de 12/12/2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

DIVISÃO DE JULGAMENTO

Nos termos do §1º do artigo 5º do Decreto Municipal nº 56.223, de 1º de julho de 2015, alterado pelo Decreto Municipal nº 56.881, de 18 de março de 2016, fica **credenciado de ofício no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano - DEC, a partir da data desta publicação:**

CLAUDIO CINTRA ZARIF
CPF:129.043.788-20
OAB/SP: 92.810
EDUARDO PEREIRA DA SILVA JUNIOR
CPF: 347.323.518-08
OAB/SP: 314.200
ISAÍAS FARATH MIGUEL
CPF: 392.374.898-11
OAB/SP: 388.662
JOELSON DOMINGOS NASCIMENTO
CPF 073.973.988-39
OAB/SP: 440.810
LUIZ CARLOS ANDREZANI
CPF: 054.847.828-72
OAB/SP: 81.071
MARCELO MARTINEZ BRANDÃO
CPF: 270.668.668-51
OAB/SP: 193.274
NORMA MITSUE NARISAWA MIAZATO
CPF: 247.131.498-88
OAB/SP: 183.730
RICARDO MARIANO CAMPANHA
CPF: 267.125.868-28
OAB/SP: 208.157
RODRIGO DO CANTO E SILVA PELEGRINI CARDOSO
CPF: 148.404.208-58
OAB/SP: 266.245
TATIANA HELENA RUSU MARIANO CAMPANHA
CPF: 272.425.358-24
OAB/SP: 182.970
MAIS SHOPPING FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO
CNPJ: 17.568.605/0001-86
VALE DO RIO VERDE EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E IMOB SA
CNPJ: 48.119.523/0001-88
ABRAO LOWENTHAL
CPF: 045.348.678-91
OAB/SP: 23.254
FERNANDO KOIN KROUNSE DENTES
CPF: 325.083.078-07
OAB/SP: 274.307
MARCIO DE ANDRADE LOPES
CPF: 317.359.098-82
OAB/SP: 306.636

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

PORTARIA SF/SUREM/DEJUG Nº. 38, DE 02 DE AGOSTO DE 2021.

Designa Auditor-Fiscal Tributário Municipal para a execução de atividade enquadrada no subitem 13.1. da Tabela Anexa I da Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015, alterada pela Portaria Conjunta SF/SMG nº 09, de 05 de novembro de 2019.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso II art. 9º-B da Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015, alterada pela Portaria Conjunta SF/SMG nº 09, de 05 de novembro de 2019,

RESOLVE:
Art. 1º Fica designado o Auditor-Fiscal Tributário Municipal **Marcio Vellozo Magalhães, RF nº 687.510-6**, lotado na

Divisão de Restituições, Compensações e Regimes Especiais – DIREC, do Departamento de Tributação e Julgamento, para realizar, em caráter exclusivo e sem prejuízo quanto ao cumprimento da jornada de trabalho em regime interno, a atividade de análise do processo administrativo 6017.2020/0015831-1.

Art. 2º A atividade descrita no artigo 1º desta portaria possui grau de complexidade para sua execução notadamente desproporcional à pontuação estabelecida no subitem 9903.3 do Sistema de Produtividade Fiscal, conforme estabelecido nas Portarias SF/SUREM nº 76 e 78, ambas de 2018, enquadrando-se, por conseguinte, no inciso II do art. 9º-B da Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 27 de maio de 2015.

Art. 3º Para fins de cálculo da Gratificação de Produtividade Fiscal, a contribuição individual do servidor designado nos termos do artigo 1º desta portaria será apurada pela pontuação prevista no subitem 13.1 da Tabela Anexa I da Portaria Conjunta SF/SMG nº 03, de 2015, alterada pela Portaria Conjunta SF/SMG nº 09, de 2019.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos para os dias úteis entre 21 e 30 de julho de 2021.

LICENCIAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA nº 49/2021/SMUL.G
Regulamenta o parágrafo único, do artigo 19, do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, com redação dada pelo Decreto nº 60.396, de 23 de julho de 2021

CESAR AZEVEDO, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 60.038, de 31 de dezembro de 2020, bem como pelo Decreto no 60.061, de 03 de fevereiro de 2021; CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº 60.396, de 23 de julho de 2021, o qual autoriza a realização de feiras, convenções, congressos e outros eventos, alterando as disposições para expedição de novos alvarás de autorização para eventos públicos e temporários durante a situação de emergência decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a realização das atividades de feiras, convenções, congressos e outros eventos, exceto festas, na Cidade de São Paulo, será a partir do momento que a Cidade de São Paulo atingir a marca de vacinação de 80% da população elegível com ao menos uma dose da vacina;

CONSIDERANDO que o parágrafo único, do artigo 19, do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, com redação dada pelo Decreto nº 60.396, de 23 de julho de 2021, prevê que caberá a SMUL disciplinar a expedição de novos alvarás de autorização para eventos públicos e temporários, nos termos do Decreto nº 49.969, de 28 de agosto de 2008.

RESOLVE:
Art. 1º Durante a situação de emergência declarada pelo Município de São Paulo por meio do Decreto nº 59.283, de 2020, a expedição de novos alvarás de autorização para eventos públicos e temporários, na forma do Decreto nº 49.969, de 2008, deverá atender às condições e restrições estipuladas no “Plano São Paulo”, instituído pelo Governo de São Paulo, por meio do Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020 e alterações posteriores, conforme a fase na qual a Cidade de São Paulo estiver enquadrada, bem como o atendimento dos protocolos sanitários estaduais e municipais vigentes.

§1º O cumprimento dos protocolos sanitários vigentes é obrigatório, prevalecendo a eventual norma mais restritiva imposta pelo Governo do Estado de São Paulo;

§2º Na solicitação do pedido de novos alvarás de autorização para eventos públicos e temporários, os interessados deverão apresentar Termo de Compromisso devidamente preenchido, nos termos do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Paulo, 02 de agosto de 2021
CESAR AZEVEDO
Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SMUL
Anexo I
TERMO DE COMPROMISSO PARA CUMPRIMENTO DOS PROTOCOLOS SANITÁRIOS PARA EVENTOS

Eu, _____, RG nº _____, responsável pelo evento _____, a ser realizado no _____, sito a _____, bairro _____, nesta cidade, no período de _____ e com horário de funcionamento das _____ às _____, COMPROMETO-ME, sob as penas da Lei (civil, administrativa e criminal), que será atendido integralmente os protocolos vigentes para o combate da Covid-19 (Coronavírus) editadas pelo Ministério da Saúde, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, no que se refere às precauções de distanciamento social, higiene pessoal, fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI’s, limpeza e higienização dos ambientes e comunicação das medidas de prevenção e combate ao coronavírus durante a realização do evento.

E por ser a expressão da verdade, assino o presente, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

São Paulo, _____ de _____ de _____.
Responsável pelo Evento:
Assinatura: _____
Nome: _____
RG: _____
Responsável Técnico:
Assinatura: _____
Nome: _____
CREA/CAU no _____
ART/RRT nº _____
2

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2021-2-141

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 - 18 ANDAR
PROCESSOS DA UNIDADE SMUL/RESID/DRU
2016-0.148.750-5 WILLIAN THIAGO CARDOSO INDEFERIDO

O SISTEMA ELETRONICO DE LICENCIAMENTO DE CONSTRUCAO CANCELA O DESPACHO DE INDEFERIMENTO DO PROCESSO ACIMA, PUBLICADO INDEVIDAMENTE EM 11/03/2021 DEVIDO A FALHA NO FLUXO DO SISTEMA.

2017-0.182.333-7 WILLIAN THIAGO CARDOSO INDEFERIDO

NOS TERMOS DO ART. 7 DA LEI N 11.228/92. POR NAO PAGAMENTO DE GUIA COMPLEMENTAR REFERENTE A TAXA PARA EXAME E VERIFICACAO DE PROJETOS E CONSTRUCOES NO PRAZO REGULAMENTAR.

2018-0.025.312-1 NATALIA NECCO DA CRUZ PRANDINI

INDEFERIDO
NOS TERMOS DO ART. 7 DA LEI N 16.642/17, PELA NAO SUBSCRICAO(ACEITE?) DE UM OU MAIS PROPRIETARIOS, POSSUIDORES E/OU PROFISSIONAIS HABILITADOS CADASTRADOS.

2018-0.097.034-6 AMAURI ALVES BRAGA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2018-0.110.497-9 RAFAEL GIOVANNINI MACCHERO-NIO

INDEFERIDO
INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2018-0.118.269-4 SARA SILVA MAGALHAES INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.012.342-4 MAURICIO BELARMINO DA SILVA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.025.136-8 MARCEL RIBEIRO MUCHIUTI INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.028.785-0 AMAURI ALVES BRAGA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.029.460-1 JOAO CARLOS AMARAL YAMAMOTO INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.030.336-8 HENRIQUE DE LIMA PEDRONI INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.031.654-0 TAMIRES POVINSKI DE SA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.031.686-9 MARCELO GAZZO INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.033.910-9 RUBENS PEREIRA DA SILVA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.034.007-7 VITOR MARTINS OKUMA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.034.087-5 FERNANDA SEBRIAN TIOZZO DE ASSUMPCAO INDEFERIDO

O SISTEMA ELETRONICO DE LICENCIAMENTO DE CONSTRUCAO CANCELA O DESPACHO DE INDEFERIMENTO DO PROCESSO ACIMA, PUBLICADO INDEVIDAMENTE EM 10/03/2021 DEVIDO A FALHA NO FLUXO DO SISTEMA.

2019-0.034.425-0 MARCELO MEDEIROS BESERRA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.036.094-9 HAILA ARAUJO DA SILVA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.036.604-1 ANDERSON ALVES SANTANA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.036.885-0 ALVARO DE MATOS TAVARES INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.040.334-6 CRISTINA MARIA BIONDI ROVAI PAMPALONI

INDEFERIDO
INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.040.919-0 LEANDRO ALVES DE SOUZA BRAGA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.041.933-1 LEANDRO ALVES DE SOUZA BRAGA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.042.088-7 DENISE MENDONÇA TEIXEIRA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.042.106-9 PAULA GORENSTEIN DEDECCA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.

2019-0.043.905-7 TIAGO COSTA DA SILVA INDEFERIDO

INDEFERIDO NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 NAO ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE NO PRAZO CONCEDIDO.</